



# O INCANSÁVEL PROFESSOR

Por **Tébis Oliveira**

Ilustração **Heder**

Onildo João Marini, secretário-executivo da ADIMB, não faz rodeios ao falar da chegada da crise econômica ao setor mineral. Diz que o ciclo positivo de investimentos em mineração acabou este ano e que o Brasil não fez seu dever de casa para solucionar tabus anacrônicos e captar maiores recursos quando ainda era tempo. Mesmo pessimista em suas projeções para a pesquisa mineral em 2009, o professor, como todos o chamam por sua carreira na Universidade de Brasília (UnB) e na Unesp de Rio Claro (SP), é incansável em suas idas e vindas a ministérios, DNPM, Instituto Chico Mendes e outros órgãos públicos.

É o porta-voz de questões caras a junior companies, as primeiras prejudicadas com os cortes do capital de risco investido em pesquisa mineral, e da mineração em geral. Aqui apresenta propostas para criar oportunidades de emprego a geólogos recém-formados e formandos. Ali, defende a suspensão do aumento da carga tributária do setor e das mudanças no Código de Mineração. Acolá, se empenha em demons-

trar que a pesquisa de lavra não precisa de licenciamento ambiental senão numa etapa mais avançada dos trabalhos. Noutra frente, luta para avançar na autorização das operações minerais na província do Tapajós.

**“Temos de preservar a mão-de-obra que formamos. Será uma lástima se não tivermos geólogos de exploração mineral num novo ciclo de investimentos”**

Ao mesmo tempo, o professor Marini prossegue com sua extensa agenda na ADIMB. Mantém cursos de formação continuada de geólogos em exploração mineral, organiza expedições a depósitos e ambientes minerais na Austrália (2008), Estados Unidos (2007) e Rússia (2006), para ficar apenas nos mais recentes, continua a co-promover o pavilhão brasileiro no

PDAC, em Toronto, no Canadá, e, a cada ano, torna o Simexmin (Simpósio de Exploração Mineral), em Ouro Preto (MG), cada vez mais uma referência absoluta para a mineração.

Nesta entrevista exclusiva à revista **In The Mine** e bastante oportuna no momento atual, Marini, que completa 70 anos em 2009, diz ainda que começa a preparar um jovem sucessor para passar a bandeira da ADIMB. Com certeza, o professor saberá melhor que ninguém formar um novo quadro da exploração mineral. ■

## **ITM: Diante dos primeiros efeitos da crise econômica, quais são suas expectativas para 2009?**

**Marini:** A crise é global e o capital de risco aplicado na exploração mineral vem dos países desenvolvidos que, neste momento, preferem investir em si próprios. A produção tende a ser reduzida, inclusive de minério de ferro. Os projetos de níquel foram quase totalmente desativados e a Vale já protelou Onça-Puma e não vai começar Vermelho. Várias empresas

de pesquisa paralisaram as operações e já há quase 200 geólogos de exploração mineral desempregados.

## **ITM: O senhor acha que o Brasil perdeu o “timing” da boa fase da mineração?**

**Marini:** Sim. Muito mais recursos poderiam ter sido aplicados em mineração, não fossem tabus anacrônicos do País. Não foram solucionadas questões vitais para que isso ocorresse, de licenciamento ambiental, operação em faixas

de fronteira e Terras Indígenas, garimpo ilegal e outras.

**ITM: São previsões pessimistas para um novo ano...**

Marini: Lamentavelmente são. O fato é que não há muito a fazer para evitar a falta de capital para a exploração mineral. O que me preocupa, agora, é preservar a mão-de-obra que finalmente formamos nos últimos anos. Será uma lástima se não tivermos geólogos de exploração mineral num novo ciclo de investimentos.

“Na flona do Tapajós, as mineradoras se negam a assinar um TAC. Ajuste de conduta é para quem tem má conduta, que explora ilegalmente. Não é o caso”

**ITM: A ADIMB tem propostas nesse sentido?**

Marini: Temos algumas que apresentaremos ao DNPM, numa reunião próxima. Uma, delas, endossada por Giles Carriconde de Azevedo (1), é a licitação, pela CPRM, de pequenas áreas de mapeamento geológico do programa Cartografia da Amazônia, para empresas de serviços que fariam a contratação de geólogos. Outra, sugerida por Ciro Jorge Appi, gerente executivo da Rede Geochronos que atua na CPRM do Rio de Janeiro, é incubar esse tipo de empresas na CPRM, dispensando a licitação das áreas e dando ao órgão um maior controle dos trabalhos. Também vou propor a criação de um pacote de bolsas de mestrado e doutorado, para pesquisa e estudos de depósitos minerais. Com isso, ganharemos entre 4 e 5 anos, tempo suficiente para um novo ciclo de investimentos.

(1) Giles Carriconde de Azevedo, geólogo, foi Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, de janeiro de 2003 a julho de 2005. Atualmente é secretário-executivo adjunto da Casa Civil.

**ITM: E em relação às Junior Companies e mineradoras?**

Marini: Defendemos que as Junior Companies possam realizar lavra preliminar em quantidades pequenas, como fazem os garimpeiros, a fim de atravessarem esse período. Também propomos a suspensão do aumento de impostos, incompatível com o momento atual. Também não é momento para mudar o Código de Mineração, eliminando o direito de prioridade de lavra das empresas, limitando o tempo de concessão ou aumentando a taxa por hectare de área requerida.

**ITM: A exigência de licenciamento ambiental para a pesquisa de lavra complicou ainda mais, não?**

Marini: As coisas estão piorando. Com base no artigo 63 do Decreto 6.514, de julho passado, uma empresa de pesquisa foi multada em R\$ 15 milhões. Insistimos, em uma reunião no Instituto Chico Mendes, em novembro, que é preciso considerar a pesquisa em suas diferentes etapas. A primeira delas, que cobre praticamente toda a área requerida, é de reconhecimento e não causa danos ambientais. Só onde houver evidências de depósitos minerais – de 10 a 20% da área total –, é que são feitas as sondagens.

**ITM: O artigo 63 não faz essa diferenciação?**

Marini: Não e, para o instituto, a pesquisa, desde o início, precisa ter o plano de recuperação de uma área que sequer sabe onde fica. Na flona do Jamachim (PA), os pecuaristas devem firmar um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), que os isenta dos danos causados e permite a continuidade de suas operações, desde que não ampliem a área de devastação. Na flona do Tapajós, as mineradoras se negam a assinar esse acordo. Ajuste de conduta é para quem tem má conduta, que explora ilegalmente. As empresas não estão extraíndo, apenas pesquisando. Os pecuaristas aceitaram o TAC para ganhar tempo e reformatar as flonas ampliando as áreas passíveis de desmatamento. Não vamos compactuar com isso.

**ITM: A reunião no Chico Mendes foi feita para discutir o artigo 63?**

Marini: Não, foi para discutir o licenciamento das operações minerais nas flonas do Tapajós, que são permitidas por lei mas dependem de um plano de manejo a ser elaborado pelo instituto. Finalmente, foi criada uma comissão para discutir o tema. O Chico Mendes não está convencido que a província do Tapajós é prioritária para a exploração mineral, mas entre 700 e 900 t de ouro já foram retiradas de lá pelo garimpo. Há 440 pontos de exploração mineral por atividade garimpeira e todos interessam a empresas de pesquisa porque a pro-

babilidade de haver minério no subterrâneo é grande.

**ITM: Esses garimpos são legalizados?**

Marini: Alguns sim, outros não. A verdade é que todos estão ativos e nem o DNPM ou a Polícia Federal podem paralisá-los. Não podem ou não querem. O mesmo ocorre em Rondônia, onde escavadeiras de grande porte prosseguem no garimpo de diamante e ninguém faz nada para coibir. Desse jeito, o Brasil não vai virar um grande Portugal e sim um grande garimpão.

**ITM: Como o senhor vê a evolução da pesquisa mineral no Brasil?**

Marini: Evoluiu bastante graças ao advento de duas metodologias de definição de ambientes e áreas. Uma é a aerogeofísica de alta resolução, empregada no Brasil desde 1991, no projeto Distrito Mineiro Rio das Velhas, que também coordenei. Outra é o sensoriamento remoto através de satélites, usado no Projeto SI-PAM (Sistema de Proteção da Amazônia) e, agora, no Cartografia da Amazônia, através de uma tecnologia desenvolvida pela Orbisat. Também foram avanços os métodos mais baratos e rápidos de sondagem e a aplicação do GPS, na exploração e na mineração.

**ITM: Em relação a outros países mineradores, como o senhor vê a pesquisa mineral no Brasil?**

Marini: Uma novidade interessante é o surgimento de pequenas minas como no Canadá e Austrália, quando antes tínhamos somente garimpos ou grandes empresas. A primeira pequena mina que deu certo foi a Sertão Mineração, em Goiás. Como só há linhas de crédito nacionais para as grandes empresas do setor, o Douglas Arantes teve de entregar 70% de uma mina riquíssima para conseguir um sócio australiano e montar os equipamentos. A Mirabela Mineração, de níquel, na Bahia, é outro exemplo da mesma época, embora a maioria dessas pequenas produtoras seja de ouro. Também surgiram empresas de porte médio,

como a Yamana, que cresceu tanto e tão rápido que começou a fazer aquisições fora do Brasil.

**ITM: E quanto às grandes empresas?**

Marini: Temos a Vale, que foi privatizada, cresceu e se internacionalizou. Outro exemplo é a Votorantim, que foi modernizada e estruturou um grupo de exploração mineral, com grande atuação no Brasil e no exterior. Enfim, de um lado, grandes empresas brasileiras se internacionalizaram e, de outro, pequenas canadenses e australianas entraram no País.

**ITM: Qual sua opinião sobre a transformação do DNPM em agência reguladora?**

Marini: Tenho minhas dúvidas. Além de conhecermos pouco essa proposta, o DNPM vem sendo aperfeiçoado e se tornou mais ágil em seus processos. Recentemente, outro problema, a questão salarial, também foi equacionada. A comunidade mineral está apreensiva em relação a isso, mesmo porque muitas agências não disseram ainda a que vieram.

**ITM: O que faltou às demais estatais de pesquisa para realizar um trabalho como o da CBPM na Bahia?**

Marini: Faltou persistência em alguns casos, seriedade em outros e orientação correta. Persistência, porque alguns desistiram ou mudaram seu foco. Seriedade, no caso da Meta-go, por ter virado um cabide de bons empregos: chegou a ter 40 advogados ganhando os melhores salários de Goiás. Quanto à orientação, falo de um erro no qual a própria CBPM incorreu, de não só descobrir depósitos minerais, mas minerar, sem qualquer competitividade para isso. Hoje, a CBPM, em razão do apoio que teve do Paulo Souto (ex-secretário, ex-vice-governador e ex-governador da Bahia), de uma reorientação rumo à pesquisa mineral e do trabalho de uma equipe séria, é auto-suficiente em recursos. Além dela que faz pesquisa, a Bahia tem ainda a Secretaria de Geologia, que fomenta a exploração mineral. São dois órgãos distintos.

Foto Betho Rocha



“Do jeito como está, o Brasil não vai virar um grande Portugal e sim um grande garimpão”

# P E R F I L

**Nasceu em** Passo Fundo (RS)

**Formado pela** UFRS, em 1963

**Trabalhou na** Petrobras, pesquisando petróleo na Bahia até 1965. Mudou-se para Brasília e foi o primeiro professor do curso de geologia da UnB, onde ficou apenas 6 meses. Solidário à demissão de 16 professores universitários pelo regime militar, saiu do cargo e foi para Curitiba integrar a Comissão da Carta Geológica do Paraná, criada para mapear a região do pré-cambriano no estado. Em 1968, foi para a Unesp SP, em Rio Claro, novamente como professor da primeira turma de geologia da unidade. Voltou a UnB em 1971 e ficou até 1990. Foi professor titular e chefe de departamento. Entre 1991 e 1992, foi diretor da Divisão de Geologia do DNPM.

**Hobby:** Ler, ler e ler, exceto auto-ajuda e religião. Estou lendo "O Totem do Lobo", de Jiang Rong, sobre os últimos nômades da Mongólia interior, na China antiga.

**Família:** Esposa e 4 filhos: Miguel Ângelo, biólogo e professor da UnB, Satia (Verdade, em hindu), tradutora, Onildo, biólogo do Instituto Chico Mendes e, o caçula, Adriano, que trabalha na CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), em Brasília.

**Mora em:** Brasília. "Acho que não saio mais daqui"

**Influências:** A colônia italiana do Rio Grande do Sul e a cultura gaúcha do planalto. A Bahia também mudou minha cabeça e adoro São Paulo, Curitiba e o Goiás. Na UFRS, o professor uruguaio Juan Goñi e o geólogo alemão Haenz Herbert, que orientou minha tese de doutorado. Na Petrobras, o geólogo Álvaro Renato Pontes. Na UnB, durante a crise, o Roberto Aureliano Salmeron, físico paulista e pesquisador internacional, que veio da Suíça para coordenar o Instituto de Geociências.

**Uma realização:** A criação, o crescimento e a manutenção da ADIMB.

**Um projeto:** Fazer a passagem da ADIMB para um sucessor e escrever um livro com minha história de piá (garoto) dos 8 aos 12 anos.

**Uma lembrança:** O dia em que conheci minha companheira em Porto Alegre, a Selci, em 1964

**Maior decepção:** Ver a destruição do ideal que existia na UnB em 1965

**Um conselho:** "A geologia entra pelos pés". As interpretações virtuais, feitas no computador, são apenas hipóteses a serem confirmadas. É preciso sempre ir para o campo e aprender a usar o martelo.

"Não adianta ter um novo ciclo se não equacionarmos os problemas da mineração nacional"

**ITM: E quanto às demais?**

Marini:: Em Goiás, a Metago foi praticamente extinta e a secretaria estadual faz somente o fomento, através de aerogeofísica. A Mineropar (PR) está focada em planejamento e questões ambientais. A Codemig (MG) hoje aplica os royalties que recebe da CBMM, de Araxá, sua principal fonte de recursos, na construção do Centro de Desenvolvimento de Minas Gerais, que não tem nada a ver com mineração. Ela ainda faz aerogeofísica e financia alguns mapeamentos via CPRM, e só. A Companhia Riograndense de Mineração (RS) não fomenta nada e só faz mineração de carvão. Uma política antiga de fomento, que continua interessante, são as parcerias da CPRM com os estados para aerogeofísica e mapeamento.

**ITM: E quanto ao programa Cartografia da Amazônia? Qual sua opinião?**

Marini: É o maior projeto de que já tive conhecimento no Brasil, em todos os tempos, de levantamentos cartográficos, aerogeofísicos e de geologia. Se não for descontinuado, será possível cobrir todas as terras altas da Amazônia, as terras antigas, onde está a maior parte dos recursos minerais. Certamente, o programa vai acelerar investimentos na exploração mineral, quando vier o novo ciclo. Como já afirmei, não adianta ter um novo ciclo se não equacionarmos os problemas da mineração no Brasil.

**ITM: O senhor está à frente da ADIMB desde 1996...**

Marini: Já estou há mais tempo. Em 1991, como diretor de geologia do DNPM, visitei várias instituições da Austrália e propus ao então diretor-geral, Elmer Prata Salomão, a criação de uma associação similar no Brasil, que promovesse o intercâmbio entre governo, universidades e empresas. Em 1996, a ADIMB foi oficializada com a adesão de 30 empresas. Coordenei a Comissão Transitória e fui seu primeiro e único secretário-executivo até hoje. Agora, começo a preparar um jovem sucessor para passar a bandeira. ■